

Corpos abjetos na política brasileira: uma análise do documentário *Corpolítica*¹

Rogers Alexander Boff²

Universidade Feevale
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Adriane Cássia Silva Coitinho³

Rosemari Lorenz Martins⁴

Valéria Koch Barbosa⁵

Lovani Volmer⁶

Universidade Feevale

Resumo: No atual momento sócio-histórico, o Brasil apresenta índices alarmantes de violência e morte contra pessoas que não se enquadram nas normas cishetero-normativas, inclusive, no ambiente político. Frente a isso, este estudo documental, de abordagem qualitativa e com delineamento exploratório, visa a empreender uma análise acerca da representatividade LGBTQIA+ na política nacional com base no documentário *Corpolítica*. Para tal fim, utilizou-se a análise de conteúdo aplicada a diálogos da obra filmográfica, os quais foram transcritos, categorizados, analisados e discutidos. Os resultados demonstram que a representatividade LGBTQIA+ caminha a passos lentos, com avanços e retrocessos, em uma sociedade que defende uma política conservadora e condena os corpos e as identidades de gênero que fogem do binarismo cisgênero à abjeção. Sendo assim, é urgente serem realizadas mudanças nas estruturas sociais e políticas para ser respeitada a diversidade de gênero e de sexualidade, a fim de que haja uma política inclusiva, justa e equitativa.

Palavras-chave: Brasil; LGBTQIA+; política; representatividade; representação.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Bolsa de Produtividade em Pesquisa - Nível 2.

² Doutorando em Diversidade Cultural e Inclusão Social na Universidade Feevale e em Ciências da Cultura na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Mestre em Psicologia e graduado em Direito pela Universidade Feevale. Bolsista da CAPES.

³ Doutoranda e mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social na/pela Universidade Feevale. Graduada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil. Bolsista da CAPES.

⁴ Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Coordenadora e professora do PPG em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - nível 2.

⁵ Doutora e mestre em Qualidade Ambiental pela Universidade Feevale. Graduada em Direito pela Unisinos e em Letras – Português/Inglês pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição. Coordenadora e professora do Curso de graduação em Direito da Universidade Feevale.

⁶ Doutora em Letras pela Universidade de Caxias do Sul/Uniritter. Mestre em Letras pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professora do Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, e coordenadora e professora do Curso de graduação em Letras da Universidade Feevale.

Abject bodies in brazilian politics: an analysis of the documentary *Corpólítica*

Abstract: In the current socio-historical moment, Brazil presents alarming rates of violence and death against people who do not fit into cisheteronormative norms, including in the political context. Given this reality, this documentary study, with a qualitative approach and exploratory research, aims to analyze LGBTQIA+ representation in national politics based on the documentary *Corpólítica*. To this proposal, it was used content analysis, applied to dialogues from the film work, which were transcribed, categorized, analyzed and discussed. The results demonstrate that LGBTQIA+ representation moves slowly, with advances and setbacks, in a society that defends a conservative policy and condemns different bodies and gender identities that deviate from the cisgender binary to abjection. Therefore, it is urgent to promote changes in social and political structures to respect gender and sexuality diversity, in order to get an inclusive, fair and equitable policy.

Keywords: Brazil; LGBTQIA+; policy; representativeness; representation.

Cuerpos abyectos en la política brasileña: un análisis del documental *Corpólítica*

Resumen: En el actual momento sociohistórico, Brasil presenta índices alarmantes de violencia y muerte contra personas que no encajan en normas cisheteronormativas, incluso en el entorno político. Ante esto, este estudio documental, con enfoque cualitativo y diseño exploratorio, pretende emprender un análisis de la representación LGBTQIA+ en la política nacional, a partir del documental *Corpólítica*. Para este objetivo se utilizó el análisis de contenido aplicado a los diálogos de la obra filmográfica, los cuales fueron transcritos, categorizados, analizados y discutidos. Los resultados demuestran que la representación LGBTQIA+ avanza lentamente, con avances y retrocesos, en una sociedad que defiende una política conservadora y condena a la abyección los cuerpos e identidades de género que se desvían del binario cisgénero. Por lo tanto, es urgente realizar cambios en las estructuras sociales y políticas para respetar la diversidad de género y sexualidad, a fin de que exista una política inclusiva, justa y equitativa.

Palabras clave: Brasil; LGBTQIA+; política; representatividad; representación.

O Brasil é um país de diversidade. A identidade nacional e, conseqüentemente, a formação de cada indivíduo são permeadas por várias culturas. Em vista disso, “o fenômeno da Representação política deve ser olhado como um fato global, mais do que como uma série de relações de representação, reciprocamente independentes, estabelecidas entre os representantes e as circunstâncias eleitorais”, já que o centro da representação está na responsabilidade dos atores políticos em responder e prestar contas de suas ações perante aqueles que livremente os designaram como seus representantes (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998: 1105).

Ao se examinarem os domínios de representação na esfera política, percebe-se que historicamente esse lugar tem sido “ocupado por um único grupo social, sendo constituído majoritariamente por representantes homens, cisgênero, heterossexuais, brancos e em posições financeiras confortáveis” (BARROS, 2023: 175). Tais características geram desequilíbrios e desigualdades de representatividade, uma vez que a concentração de poder é capaz de resultar em políticas e decisões que não refletem as necessidades de alguns grupos sociais, perpetuando, desse modo, injustiças e exclusões. Essa realidade está embasada “na falsa democracia que, ao invés de prever a representação de todos, concede-a apenas às maiorias locais, a minoria instruída poderá não ter nenhuma voz no corpo representativo” (MILL, 1981: 78).

Corroborando tal entendimento, Rogatis e Fonseca (2018: 105) asseveram que a política vem padecendo de descrédito recorde, já que não tem sido capaz de lidar com os problemas da vida social, pois a tomada de decisões é pautada “exclusivamente nos interesses de quem ocupa a máquina, que são naturalmente diferentes dos interesses de quem está fora dela”. No curso desse processo de distanciamento do referencial do bem comum, além de se colocar em risco a participação cidadã, poder-se-á submeter a sociedade à governança de um grupo dominante, pois, muitas vezes, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), há uma competição entre as organizações partidárias que visam tanto a conquistar quanto a conservar posições parlamentares e governamentais.

Apesar dessas adversidades, a representação mostra-se necessária, pois faz parte da rede de interação na vida social contemporânea, permeando tanto as ações dos indivíduos quanto das instituições de determinado local, conectando os “processos que se dão em muitos outros locais e instituições”. Isso, porém, não significa que o indivíduo que representa se coloca, nas dimensões de tempo e espaço, em uma relação de substituição com os representados, pois “nenhuma pessoa pode estar presente em todos os organismos deliberativos cujas decisões afetam sua vida, pois eles são numerosos e muito dispersos” (YOUNG, 2006: 144).

À vista disso, a representatividade é uma relação que envolve um indivíduo e um grupo específico, revelando um vínculo complexo na busca por reconhecimento e espaço na sociedade, na defesa de direitos, de melhorias e da própria existência. Relações como essa exigem um senso crítico no que tange às mazelas

sociais e à concretização de ações que visem a transformações. Em específico, a grupos historicamente marginalizados, esse processo é atravessado por lutas e quebra de paradigmas enraizados no tecido social (BARROS, 2023).

Nessa perspectiva e considerando que gênero e sexualidade são construções do contexto sócio-histórico e político, tem-se observado que a comunidade LGBTQIA+⁷ tem enfrentado baixa representação e representatividade na política nacional. Tal cenário pode ser compreendido a partir de Butler (2019), para quem a abjeção de determinados corpos e identidades de gênero, bem como de sua não conformidade com os padrões de compreensibilidade coloca-os em regiões sombrias, à margem da sociedade. Essa deslegitimação, que se manifesta em políticas e na política, perpetua ciclos de exclusão e invisibilidade, pois essas pessoas não são vistas como "sujeitos".

Na sociedade, a cisgeneridade e a heterossexualidade são, na maioria das vezes, naturalizadas e consideradas as únicas formas legítimas de expressão humana, sendo legitimadas como superiores, já que, no senso comum, há uma hierarquização das sexualidades. As pessoas que não se enquadram nesses padrões são submetidas à violência simbólica, física e psicológica, até à repressão (da sua mobilidade física e social, institucional e econômica) e/ou a risco de vida. Consequentemente, esse reflexo no campo político faz com o Estado mantenha uma supremacia conservadora (ARAGUSUKU e LOPES, 2016), o que evidencia que as discussões inerentes a gênero e luta por questões relativas à identidade, à justiça, à sobrevivência, à qualidade de vida e aos direitos são revestidas tanto por preconceitos quanto por mitos e franca falsidade (CONNELL e PEARSE, 2015).

Essa assimetria na democracia brasileira fica evidente quando se observam os resultados das eleições de 2018, que revelaram uma sub-representação da comunidade LGBTQIA+ nas candidaturas para o Legislativo Federal e o Estadual. Das quatro candidaturas para o Senado, apenas uma pessoa foi eleita e, para a Câmara Federal, das 57 candidaturas, somente quatro indivíduos foram eleitos. A mesma disparidade apresentou-se para as Assembleias Legislativas Estaduais, quando, das 96 candidaturas, seis pessoas foram eleitas. Essa tendência se repetiu nas eleições de 2020, quando, das 556 candidaturas para as Câmaras Municipais, apenas 97 indivíduos alcançaram êxito (CARDOSO, 2022).

Nessa esteira, a pesquisa de Cardoso (2022) revela coeficientes alarmantes em relação à discriminação e ao preconceito em face dessas candidaturas. Conforme constatado pela pesquisadora, 26% dos candidatos relataram ter sofrido violência por parte de integrantes da mesma legenda partidária; destes, 54% buscaram ajuda entre seus partidários, porém, em 56% dos casos, não receberam apoio. No que tange à motivação, 49% dos candidatos relataram que foram atacados em decorrência de sua orientação sexual; 32%, pelo fato de serem mulheres e 29%, devido à sua identidade de gênero.

Frente ao panorama apresentado, bem como levando em conta o atual momento sócio-histórico, em que o Brasil é considerado um dos países com os maiores índices de violência e morte contra aqueles que fogem das normas cisheteronormativas, este estudo objetiva empreender uma análise acerca da representatividade LGBTQIA+ no cenário político nacional com base no documentário *Corpolítica*.

⁷ A sigla LGBTQIA+ representa um conjunto diverso de identidades e orientações sexuais: L: Lésbica; G: Gay; B: Bissexual; T: Transgênero; Q: Queer; I: Intersexo; A: Assexual; +: uma forma de incluir outras identidades e orientações sexuais não explicitamente mencionadas na sigla, reconhecendo a diversidade e a complexidade da sexualidade e da identidade de gênero.

Método

Para a realização desta pesquisa documental e de abordagem qualitativa, utilizou-se o delineamento exploratório, pois pretendeu-se identificar questões pertinentes ao fenômeno social estudado. Para isso, elegeu-se o documentário *Corpolítica*, lançado em 08 de junho de 2023, com direção e roteiro de Pedro Henrique França e produção de Marco Pigossi e Pedro Henrique França, com elenco composto por Erika Hilton, Monica Benício, Angela Maria Benício, Andréa Bak, William De Lucca, Pérola Rosa De Lucca, Jean Wyllys, Fernando Holiday, Maria Clara Araújo, Renan Quinalha, Rainha do Verso, Renata Carvalho, Thammy Miranda, Erica Malunguinho, Mel entre outros participantes (*CORPOLÍTICA*, 2023).

A importância de realizar essa análise justifica-se porque a produção filmográfica aborda a representatividade da comunidade LGBTQIA+ na política nacional por meio de relatos de experiência e perspectivas quanto aos processos de afirmação e luta por direitos em um cenário caótico e também no que diz respeito a mudanças ideológicas na política brasileira, em que candidatos e políticos se encontravam – e ainda se encontram – em um contexto desafiador. As narrativas revelam os desafios pessoais enfrentados e uma perspectiva sobre a interseção entre as questões políticas e sociais das pessoas LGBTQIA+ (*CORPOLÍTICA*, 2023), oferecendo, desse modo, elementos para uma análise crítica.

O material filmográfico foi submetido à análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), seguindo as seguintes etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos, com sua interpretação. Na fase inicial, a da pré-análise, assistiu-se ao documentário de forma flutuante, para alcançar uma compreensão abrangente da obra, validar sua pertinência aos objetivos do estudo e definir categorias prévias. Na fase seguinte, da exploração do material, assistiu-se ao documentário mais quatro vezes sob um olhar minucioso, que permitiu a seleção dos temas, o registro das informações relevantes e a transcrição das falas, considerando os vícios de linguagem para preservar a autenticidade destas, que foram alçadas e organizadas em duas categorias, as quais são apresentadas a seguir.

Análise e discussão dos resultados

Nesta seção, à luz dos referenciais teóricos que subsidiaram este estudo, os resultados são apresentados, analisados e discutidos em duas categorias emergentes, quais sejam: a) "Nosso corpo não é julgado, ele já é culpado"; b) "A representatividade é tudo e é nada ao mesmo tempo".

Categoria 1: “Nosso corpo não é julgado, ele já é culpado”

Cada pessoa é entendida conforme a validação social de seu sexo, seu gênero, sua raça, sua etnia, entre outras características. Em decorrência disso, muitas pessoas acabam sendo marginalizadas e são consideradas como "menos humanas". Isso porque, segundo Butler (2022), o ser humano é compreendido socialmente a partir de termos, os quais podem ser articulados e modificados a qualquer tempo. Todavia, essas modificações podem conferir "humanidade" ao mesmo passo que podem excluir os sujeitos socialmente, impedindo-os de alcançar essa condição. Esses padrões normativos carregam consequências de longo alcance na vida de cada indivíduo, principalmente no que tange aos direitos e ao

exercício da cidadania, que, para a população LGBTQIA+, de acordo com Renan Quinalha, são muito recentes e precários (CORPOLÍTICA, 2023).

Hall (2006) enfatiza que o sujeito de outrora, o qual era dotado de uma identidade unificada e estável, constituída para atender principalmente às necessidades socioculturais, acabou, ao longo do tempo, fragmentando-se. Diante disso, os sujeitos pós-modernos possuem várias identidades, muitas vezes contraditórias entre si, as quais os impulsionam em diferentes direções, pois não existe mais aquela concepção de identidade fixa, permanente ou essencial. Assim, o ser humano é definido por meio da sua historicidade, e não por sua constituição biológica. Essa constatação é expressa por Pérola Rosa De Lucca, a qual diz: “Pra mim, ser hétero e ser gay, é como a pessoa nascer com olho castanho ou olho azul, você não culpa ninguém, né, você não culpa ninguém porque nasceu com olho azul e nem com o olho castanho” (CORPOLÍTICA, 2023: 10m04s). Corroborando esse entendimento, Ângela Maria Benicio, ao falar da infância de sua filha, Monica Benicio, lembra o quanto “As pessoas já falavam desde quando ela tinha uns oito anos de idade, que [...]: 'Ah, sua filha é sapatão'. E na época sapatão era ofensa” (CORPOLÍTICA, 2023: 11m04s).

No processo histórico-cultural de constituição da sociedade, que é instável e permeado de acontecimentos que deixam marcadores sociais, os quais desempenham um papel vital na formação incessante de narrativas e identidades que estão em constante transformação, fica claro que o gênero é resultante de uma construção social que perpassa pela diferença biológica, que, muitas vezes, leva a uma divisão social entre homens e mulheres (LOURO, 1997, 2021). Nesse sentido, William De Lucca relata que, quando compreendeu seu lugar no mundo como homem gay, percebeu que isso não o definia apenas como pessoa mas também politicamente (CORPOLÍTICA, 2023).

Sob essa perspectiva, observa-se que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 2019: 67). Sua concepção tem evoluído de forma dinâmica, abarcando as significativas transformações biopsicossociais e influenciando na forma como as pessoas podem assumir as masculinidades e feminilidades, como percebem a si mesmas e são reconhecidas pelos outros, bem como quais papéis, comportamentos e expectativas culturalmente atribuídos desempenham na sociedade (LOURO, 1997). No curso desse processo, repleto de inúmeros desafios, destaca-se, a seguir, a experiência de Maria Clara Araújo.

Eu acho que eu me percebi como um corpo político e que tinha que reivindicar, é, inclusive teorias e leis, a partir do momento que eu me coloco quanto Maria Clara, né. No meu primeiro ano, é, vivendo enquanto Maria Clara, eu fui tirada de banheiro feminino em shopping em Recife, eu, é, fui diversas vezes violentada no processo da educação. (CORPOLÍTICA, 2023: 50m57s)

Essa narrativa vai ao encontro do estudo de Alves (2021: 7), o qual observa que as pessoas LGBTQIA+, antes mesmo de terem consciência sobre quem são e de constituírem sua personalidade, já aprendem e interiorizam “que o seu ser-no-mundo é errado, pecaminoso, anormal, adoecido, sujo, motivo de vergonha e culpa” não apenas para si mesmas, mas também para aqueles com quem convivem.

Nessa realidade, os padrões impostos pela sociedade acabam por limitar e delimitar a capacidade de ação do sujeito, cujo principal efeito agressivo e maléfico é a atribuição do descrédito social quanto à sua existência (MELO, 2000), que advém de uma concepção de que aqueles corpos que fogem da normalidade,

não se enquadrando em determinadas(os) normas/padrões sociais, são destinados à abjeção, vivendo à margem da sociedade e à mercê da própria existência (PORTO, 2016). Essa abjeção fica explícita na constatação de Renata Carvalho, apresentada a seguir, que, após representar Jesus Cristo no teatro, sofreu inúmeras represálias pelo fato de ser uma pessoa trans⁸.

Nosso corpo, ele já é lido como violento, e o fato da censura, não, não era a mim que que eles atacavam, era a travesti que interpretava Jesus. Se fosse a Erica, ia ser a mesma coisa, se fosse a Mel, ia ser a mesma coisa. É porque o que nós não achamos natural é comparar Jesus ao corpo travesti, porque esse corpo [...], eu costumo dizer que o nosso corpo ele não é julgado, ele já é culpado. Então, ele já é, é um corpo sem Deus, um corpo sem alma, um corpo pecaminoso, um corpo endiabrado, um corpo que a gente precisa tirar as coisas ruins. Tem um discurso religioso muito forte que, inclusive, nos mata até hoje. (CORPOLÍTICA, 2023: 20h35s)

Diante disso, a abjeção, de acordo com Porto (2016), transcende o âmbito pessoal do sujeito e ganha forma na dimensão política. Em alguns grupos, as pessoas precisam expulsar e negar de seus corpos a verdadeira identidade, a fim de manterem sua vida frágil e identidades enganosas, para serem validadas socialmente. Essa realidade foi vivenciada por William De Lucca na escola: “Tinha um outro menino na sala [sala de aula] que era mais afeminado, mas eu tentava ficar longe dele, porque eu não queria tá ligado a essa pessoa, porque, obrigatoriamente, já saberiam que eu era gay” (CORPOLÍTICA, 2023: 37m16s).

Para Alves (2021), o cenário hostil é experimentado desde muito cedo por grande parte das pessoas LGBTQIA+, o que contribui para a negação e a deslegitimação de quem são. Em decorrência disso, muitos desses indivíduos mascaram sua identidade para se enquadrarem nos padrões desejados e serem aceitos na sociedade e na família, assim como para evitarem a exposição e os discursos que promovem a cisheteronormatividade e a homofobia. Segundo o autor supramencionado, isso poderá resultar em um dano existencial, o qual afeta as relações e a capacidade do indivíduo de construir um projeto de vida. Nessa linha de pensamento, Butler (2019, 2022) enfatiza que determinadas existências são reconhecidas e valorizadas, porque se enquadram na moldura social e ganham o direito de fazer parte dessa tessitura, enquanto as demais, consideradas fora dos padrões, não têm sua condição de sujeito respeitada e são destinadas à abjeção.

As expressões pejorativas e excludentes da abjeção perpassam todas as dimensões sociais, como discorreu Eliseu Neto durante a audiência pública que tratava sobre a ideologia de gênero na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), realizada em 25 de outubro de 2017, na Câmara Legislativa, enfatizando que, em uma sociedade de identidades plurais, mas que o conceito de normalidade é a heterossexualidade, “se fosse possível ideologizar alguém, a transformar alguém, não existiria o movimento LGBT, porque não existiriam LGBTs, e já quase não existe porque vocês [se referindo a políticos conservadores] os matam com esse tipo de discurso absurdo”. E concluiu: “Enquanto psicanalista e professor de psicanálise, eu garanto a vocês, ninguém muda orientação sexual de ninguém” (CORPOLÍTICA, 2023: 36m04s).

O modo com que a sociedade questiona como os lugares e papéis são definidos nas relações pode instigar situações violentas perpetuadas na individualidade do sujeito, o qual poderá reproduzir esse comportamento de forma destrutiva em

⁸ É mister referir que “pessoas transgêneras ou trans englobam homens e mulheres transexuais, travestis e outras expressões que subvertem a linearidade entre a anatomia genital e a expectativa de papel social de gênero” (SOUZA *et al.*, 2020: 176).

suas inter-relações (MELO, 2000). Isso pode ser apurado no relato a seguir, de Monica Benicio, sobre o assassinato de sua companheira, Marielle Franco⁹.

Que a gente ter uma vereadora [Marielle Franco] executada daquela maneira bárbara como um recado político, inclusive, para tudo o que ela representava, é falar sobre uma, uma política, hoje, que é capaz de assassinar como modo de fazer política. E numa sociedade que se diz, né, um estado democrático de direito, não é razoável que a gente consiga aceitar isso e não entender isso como barbárie, que precisa ser enfrentada e desconstruída com urgência. (CORPOLÍTICA, 2023: 59m19s)

A violência está presente em todos os segmentos sociais e intensifica-se para os indivíduos que estão inscritos à margem do tecido social, pois a falta de vínculos conduz à desordem, à carência de autonomia e à falta de referência nos círculos sociais (MELO, 2000). Nesse viés, a poeta e ativista Rainha do Verso entende que a política é um jogo de cartas marcado e, se “Você é uma pessoa, uma mulher preta sem recurso, entrar no bang, querer brigar de igual para igual, é maluquice” (CORPOLÍTICA, 2023: 29m31s). Por outro lado, Erica Malunguinho defende que cabe a cada pessoa fazer suas escolhas, todavia, “se nessas escolhas tem incoerências que essas pessoas não identificam, se tem anacronismos não identificáveis, é resultado da própria construção individual, coletiva e é um problema [...] sócio-histórico do Brasil, do processo formativo etc.” (CORPOLÍTICA, 2023: 1h17m49s).

Outrossim, tanto o corpo na política quanto a política nos corpos são algo indissociável, pois as ações, as vozes e as expressões que se originam nesse movimento transmutam-se em direção à vida. É uma concepção híbrida, ou seja, “não é corpo, não é política, não é a unidade deste corpo com a política ou vice-versa, mas sim a possibilidade do encontro entre ambos. Um lugar de fricção de saberes e percepções plurais”. Trata-se, pois, de “construir um pensar em bases corpóreas, que não está fechado em si, sendo corpo em ação, em proposição, atravessamentos e (r)existência” (LUCENA, 2022: 89).

Portanto, as narrativas apresentadas expressam a concepção de corpólitica, especialmente no que tange às dimensões relacionadas a gênero e sexualidade, demonstrando que as instituições, os discursos e as práticas sociais e políticas moldam os corpos, cujo processo conduz as pessoas LGBTQIA+ à vulnerabilidade frente às injustiças sociais.

Categoria 2: “A representatividade é tudo e é nada ao mesmo tempo”

No cenário político, a partir das eleições de 2020, são nítidos os reflexos dos resultados da eleição presidencial de 2018, pois foram potencializadas as posturas conservacionistas, ao passo que grupos sociais vulneráveis, principalmente a comunidade LGBTQIA+, passaram a enfrentar uma onda de medo, ansiedade e preocupação quanto ao futuro do País. Por conseguinte, vivenciou-se “um contexto político de desmantelamento das políticas públicas afirmativas, insegurança econômica e social, atropelamento de garantias constitucionais, além da desautorização e negação da ciência num momento em que a pandemia de Covid-19 atingia seu paroxismo” (LUCENA, 2022: 125).

Nessa senda, Pedro Henrique França diz que, “em meio a uma pandemia que matava milhares de brasileiros e vivendo um governo negacionista de extrema-

⁹ Marielle Franco foi vereadora e presidente da Comissão da Mulher na Câmara do Rio de Janeiro. No dia 14 de março de 2018, foi assassinada em um atentado contra seu carro, em um ato atribuído à violência política.

direita, [...] me perguntei: seria esse recorde de candidaturas uma reação?” (CORPOLÍTICA, 2023: 5m50s). Segundo Lucena (2022: 125-126), muitos movimentos buscaram driblar os efeitos colaterais para assegurar o lugar de fala e reivindicar direitos por meio de estratégias e dinâmicas, bem como desfazer “os nós nas gargantas mediante uma micropolítica ativa nos corpos, a corpólitica”. Isso fica evidenciado nas palavras de Monica Benicio: “Eu não vi, eu não vi opção, sabe, eu não tinha, não me pareceu que eu tivesse uma escolha, é, assassinaram a minha mulher [Marielle Franco], que mais eu podia fazer?” (CORPOLÍTICA, 2023: 4m57s).

Sob outras lentes, Erika Hilton, atualmente Deputada Federal, enfatiza que, durante as eleições de 2020, quando concorreu ao cargo de vereadora na cidade de São Paulo, para o qual foi eleita, ao perceber que o projeto político existente impossibilitava a realização de seus “sonhos e os sonhos das mulheres que pensavam e que sonhavam junto comigo porque não havia vozes, vidas trajetórias iguais à nossa pensando em leis, pensando políticas públicas, eu tive um clique” (CORPOLÍTICA, 2023: 1h02m23s). Depreende-se que a entrevistada se refere à existência de um processo de estigmatização, que, conforme Melo (2000), quanto mais acentuado, menor é a possibilidade de romper ou ocultar o impacto dessa marca nas relações, mais complexo e desafiador será reverter a imagem criada pelos padrões sociais. Especificamente, no campo político, é imperioso romper a barreira da impossibilidade, que, como enfatiza Erica Malunguinho, foi criada no “tecido histórico-social, que disse quem era possível e quem não era possível de estar nos lugares de decisão, e essa barreira, ela tem ruído em muitos aspectos” (CORPOLÍTICA, 2023: 1h10m58s).

Percebe-se o quanto o esforço para garantir mais representatividade de grupos marginalizados é complexo, pois exige luta e quebra de paradigmas profundamente enraizados no tecido social (BARROS, 2023), já que, de acordo com Erica Malunguinho, a “representatividade não é uma imagem apenas, não é um externo, uma forma, né. Representatividade, ela está atrelada a um conteúdo, ela está atrelada a um processo de construção [...], ela só tem sentido, ela só existe, ela só é real, quando ela tem um vínculo com esse lastro histórico” (CORPOLÍTICA, 2023: 49m31s).

Por conseguinte, para se sentir representado, Andréa Bak entende que é necessário “gente que seja, de fato, o povo, e não fale que represente ele, sem ser ele” (CORPOLÍTICA, 2023: 1h22m14s). Essa percepção pode ser corroborada a partir de Young (2006: 158), a qual elenca três atributos essenciais que a fazem se sentir representada no processo político. O primeiro é “quando alguém está cuidando de interesses que reconheço como meus e que compartilho com algumas outras pessoas”. O segundo é “que os princípios, valores e prioridades que penso deveriam nortear as decisões políticas sejam verbalizados nas discussões que as deliberam”. E o último é “quando pelo menos algumas dessas discussões e deliberações sobre políticas captam e expressam o tipo de experiência social que me diz respeito, em razão da minha posição num grupo social e da história das relações desse grupo social”.

A percepção de estar sendo representada, no entanto, poderá variar de uma pessoa para outra, conforme as especificidades do lugar de fala que cada sujeito ocupa na sociedade, das expectativas e exigências em relação ao atendimento das necessidades do grupo social no qual se está inserido (BARROS, 2023). É possível, inclusive, trazer à tona o sentimento de frustração em relação ao processo de representatividade, como ocorreu para Rainha do Verso, que tem a percepção de que “A político, o buraco é mais embaixo, por isso que eu não tenho partido, por

isso que eu não me envolvo com nada. Eu não acredito nem em direita e nem esquerda, pra mim, é só as duas mão que segura o chicote memo, entendeu?” (CORPOLÍTICA, 2023: 29m16s).

Devido a esses motivos, muitas propostas têm buscado promover a ampliação da participação política nos sistemas democráticos, propondo a implementação de medidas que visem a garantir uma representatividade mais expressiva de grupos que enfrentam as mazelas da desigualdade estrutural (YOUNG, 2006). Isso vai ao encontro do ponto de vista de Erika Hilton durante sua campanha para Vereadora de São Paulo, que acabou se concretizando quando eleita em 2020.

A gente [comunidade LGBTQIA+] está disparando, não é ninguém fazendo por nós, é nós por nós, mas nós estamos dizendo: nós elegeremos uma vereadora na maior cidade da América Latina; isso é marco histórico e isso é reflexo da minha, da dela, da dela, da dele, dessas lutas todas que disseram: vocês morreriam, vocês não estariam em lugar nenhum. [...] mas parece que agora ela tá na TV, parece que agora ela está no palco, parece que agora ela está até criando leis, que desaforo! Mas ela tá criando lei, elas já estão lá criando lei no nordeste, no sudeste, daqui a pouco elas vão para o sul [...]. E é óbvio que eles vão responder com todo o ódio que eles têm contra nós, mas nós não somos minoria. (CORPOLÍTICA, 2023: 1h24m04s)

Para que essa representatividade se consolide, consoante a percepção de William De Lucca, é preciso dialogar com as pessoas sobre a importância de representantes que defendam a pauta da comunidade LGBTQIA+. Exemplo disso é Jean Wyllys, que, em decorrência de sua atuação na Câmara de Deputados, recebeu várias ameaças, obrigando-o a viver como exilado político. Isso comprova “que a gente pode ocupar os espaços, mas quando a gente ocupa os espaços para além do que eles [os conservadores] aceitam, a gente vira uma ameaça. E a gente precisa ser ameaçado, precisa ser agredido, precisa ser morto, como foi a Marielle Franco” (CORPOLÍTICA, 2023: 56m49s).

No imaginário conservador, sobressai a ideia de que os políticos que defendem a pauta LGBTQIA+ são a escória da política brasileira, ocupando os espaços indevidamente. Conforme relata Jean Wyllys, desde sua chegada à Câmara, em 2011, sua figura representava uma ruptura imaginária, pois, logo em seu primeiro mandato, integrou a Comissão Permanente de Finanças e Tributação, que, na época, era composta somente por homens brancos e ricos, os quais discutiam sobre o orçamento da União. Diante disso, acabou sendo submetido à violência política (CORPOLÍTICA, 2023).

Insta salientar, como aponta Lacerda (2019), que o conservadorismo na Câmara de Deputados ocupa um espaço majoritário e está pautado em uma agenda que visa a preservar a ordem social e, para isso, posiciona-se contra políticas públicas direcionadas ao bem-estar das pessoas LGBTQIA+ e das mulheres, consideradas ameaças a seu propósito. Face a isso, os parlamentares conservadores defendem políticas de Governo que resultam na penalização dos pobres, que sobrepõem a segurança nacional aos Direitos Humanos, entre outras. Para Erica Malunguinho, essa potencialização do conservadorismo se dá por meio de escolhas pessoais e esses anacronismos também são vistos na atuação de parlamentares LGBTQIA+, os quais reivindicam pauta da defesa dos direitos da comunidade, entretanto, fazem dessa prática um produto (CORPOLÍTICA, 2023).

Sob outra perspectiva, Mel defende que, “se for pensar pragmaticamente numa possibilidade de representatividade-representação, [...] quero uma representação política muito bem colocada, muito bem determinada, que possa falar por todas outras existências” (CORPOLÍTICA, 2023: 1h21m38s). Esse entendimento é ratificado por Thammy Miranda: “Eu não acho que eu tenho que ser re-

presentado por um LGBT. Eu quero ser representado por um bom político, independente do que ele for”. Isso porque “O bom político, ele vai me respeitar como LGBT, ele vai respeitar as diferenças, ele vai fazer uma política para todos, ele vai fazer uma política que seja eficaz pro ser humano” (CORPOLÍTICA, 2023: 1h13m17s).

Nesse trilhar, apresenta-se o relato de Fernando Holiday, ao trazer sua experiência como primeiro homem gay assumido eleito na Câmara Municipal de São Paulo:

Eu acredito que a minha eleição como primeiro gay assumido da Câmara ela foi tida como natural porque eu não fiz da pauta LGBT, da minha primeira campanha, a minha principal pauta. Isso é, eu não fiz de uma das minhas características uma bandeira política. Alguns vão dizer que isso é muito negativo, porque ah, eu não contribuí com a causa ou qualquer coisa do gênero, mas a interpretação que eu tenho é de que, na verdade, isso é muito positivo, porque significa que o meio político recebeu com naturalidade um gay assumido eleito pela primeira vez na Câmara Municipal e não fez disso um empecilho, não fez disso um motivo de exclusão pra minha participação política dentro dessa casa legislativa. (CORPOLÍTICA, 2023: 1h08m19s)

Frente a essa conjuntura, destaca-se a problematização de Mel: “A representatividade é tudo e é nada ao mesmo tempo. Quem representa representa o quê?” (CORPOLÍTICA, 2023: 1h09m54s). Como se verifica, a representatividade de determinados grupos nem sempre vai ao encontro dos interesses e das intenções de todo o grupo ao qual o político pertence, como Thammy Miranda e Fernando Holliday, que, apesar de fazerem parte da comunidade LGBTQIA+, não legislam especificamente sobre reivindicações desse grupo, mas empreendem esforços para atingir uma política para todos, respeitando as diferenças e o ser humano.

A liberdade de expressão, segundo Lavesso, Perez Filho e Silva (2023), constitui um direito fundamental tanto para o exercício da democracia quanto para a consolidação da cidadania, com capacidade de influenciar os rumos do País, pois transcende o mero exercício do direito ao voto e de ser votado. No entanto, as transformações sociais, culturais e morais das últimas décadas foram percebidas como uma afronta às crenças individuais e à visão de mundo de cada época. Nesse sentido, o debate público, em especial no que tange às discussões de gênero e sexualidade, acabou sendo superficial, pois os grupos conservadores, ancorados em falsas informações e utilizando o deboche e a rotulação, passaram a atacar as pessoas e os grupos que não concordam com suas ideologias.

Apesar de tais argumentos, Renan Quinalha observa que, ao olhar para a sociedade brasileira de 40 anos atrás, é possível perceber o quanto se avançou e o quanto a gramática moral mudou. Assim, quem sabe, daqui a algumas décadas, pode-se ter uma pessoa LGBTQIA+ assumida ocupando, pela primeira vez na história, a Presidência da República (CORPOLÍTICA, 2023).

Considerações finais

O presente estudo evidenciou a complexidade do processo de construção da representatividade política no Brasil quando atravessado pela diversidade de gênero e sexualidade, revelando um sistema de “cartas marcadas”, tradicionalmente dominado por um grupo hegemônico de representantes conservadores que buscam preservar a ordem social, barrando e penalizando muitas das políticas inclusivas. A partir da análise do documentário *Corpolítica*, foi possível compreender alguns dos desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ no cotidiano social, assim como sua força e a luta constante por direitos, os quais incluem,

entre outros, os direitos à vida, à liberdade, à segurança, à privacidade, à igualdade perante a lei, à educação, à saúde, ao trabalho e à segurança social.

As eleições dos anos de 2018 e 2020 foram um divisor de águas na reivindicação e afirmação dos direitos políticos da população LGBTQIA+. Esses eventos não apenas ilustraram as candidaturas a cargos públicos e filiações nos partidos políticos, mas também evidenciaram um vazio de representatividade. Apesar do aumento recorde de candidaturas desse público nas eleições de 2020, o cenário político nacional foi marcado por persistente preconceito e violência, o que não é novidade, já que o Brasil é o país com maior índice de homicídios de pessoas LGBTQIA+ no mundo. Isso é um reflexo de como a sociedade valida as pessoas com base em suas características de sexo, gênero, raça e etnia. Diante disso, aqueles que não se enquadram no padrão cisheteronormativo acabam sendo condenados à abjeção, que atinge uma dimensão *corpolítica*.

Para muitos, todavia, a exclusão acaba se tornando a combustão para a luta por seus direitos e pelos de toda uma comunidade, frequentemente estigmatizada. Como constatado nos relatos dos candidatos e parlamentares entrevistados no documentário, para a maioria, é relevante que os representantes políticos sejam membros da comunidade LGBTQIA+, pois entendem haver mais sensibilidade quanto à pauta da luta para assegurar os direitos, a inclusão e a criação de políticas públicas para essa parcela da sociedade.

Isso, entretanto, não significa que todos os políticos que se identificam como parte da comunidade LGBTQIA+ dedicarão seus mandatos exclusivamente às pautas desse grupo específico. Alguns tendem a defender uma concepção de representatividade fundamentada em boas práticas políticas que sejam relevantes para todas as existências. Em linhas gerais, a concepção de representatividade requer uma conexão com a história e as experiências sociais do grupo. Trata-se de uma ferramenta potente de transformação social, embora a representação e a participação na política caminhem em passos lentos, com avanços e retrocessos.

Conclui-se que, para a construção de uma sociedade justa, verdadeiramente democrática, equitativa e plural, é preciso haver um compromisso de todos os atores sociais, mas, para isso, é imperiosa uma mudança profunda nas estruturas sociais e políticas, começando pela educação voltada à conscientização sobre a diversidade de gênero e sexualidade. Dito isso, espera-se que este estudo possa contribuir com discussões que impulsionam ações transformadoras, visando, em um futuro próximo, a uma política inclusiva que preencha o vazio de representatividade LGBTQIA+.

Recebido em 16 de julho de 2024.

Aprovado em 30 de agosto de 2025.

Referências

- ALVES, Adriano de Souza. *Existências não cisheteronormativas e dano existencial: as sexualidades dissidentes e seus atravessamentos na construção do projeto de vida de LGBTQIA+*. Monografia (Especialização em Psicologia Clínica), Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.
- ARAGUSUKU, Henrique Araújo; LOPES, Moisés Alessandro de Souza. Preconceito, Discriminação e Cidadania LGBT: Políticas Públicas em Mato Grosso e no Brasil. *Aceno*, 3 (5): 242-58, 2016.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, Denner Dias. A representatividade da comunidade LGBTQIA+ na política brasileira: reflexões para uma leitura e escrita de mundo com matemática. *Revista Paranaense de Educação Matemática*, 12 (28): 175-97, 2023.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 Edições, 2019.
- BUTLER, Judith. *Desfazendo gênero*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- CARDOSO, Evorah. *A política LGBT+ brasileira: entre potências e apagamentos*. São Paulo: #VoteLGBT, 2022.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.
- CORPOLÍTICA. Direção de Pedro Henrique França. São Paulo: Vitrine Filmes, 2023. 1 filme (103 min.).
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.
- LAVESSO, Deize Mara Araújo; PEREZ FILHO, Augusto Martinez; SILVA, Juvêncio Borges. Populismo político e ameaça à cidadania: o papel do direito na promoção da democracia e na prevenção de conflitos. *Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania*, 11 (11): 247-67, 2023.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- LUCENA, Luciana Leandro de. *O Corpolítico: Performances em isolamento*. Tese (Doutorado em Artes Cênicas), UNIRIO, 2022.
- MELO, Zélia Maria de. Estigmas: espaço para exclusão social. *Symposium*, 4: 18-22, 2000.
- MILL, John Stuart. *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

PORTO, Tiago da Silva. A incômoda performatividade dos corpos abjetos. *Ide*, 39 (62): 157-66, 2016.

ROGATIS, Daniela de; FONSECA, Joel Pinheiro da. "Sintonize: a qualidade dos políticos". In: CARDOSO, Fernando Henrique; ROGATIS, Daniela de. *Legado para a juventude brasileira: reflexões sobre um Brasil do que se orgulhar*. Rio de Janeiro: Record, 2018. pp. 105-109.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil para análise histórica". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. pp. 49-82.

SOUZA Heloisa Aparecida de; et al. Pessoas transgêneras e o mundo do trabalho: desafios e reflexões sobre o compromisso ético e político da Psicologia. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 23 (2): 175-88, 2020.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, 67: 139-190, 2006.